

Concurso de ingresso em curso de formação inicial teórico-prática de magistrados para os tribunais judiciais, para o preenchimento de 50 vagas na magistratura judicial e de 50 vagas na magistratura do Ministério Público, aberto pelo Aviso n.º 27123/2008, publicado no D.R. II, n.º 221, de 13 de Novembro de 2008.

Fase escrita

PROVA DE DESENVOLVIMENTO DE TEMAS CULTURAIS, SOCIAIS OU ECONÓMICOS

Art. 16º, nº 2, al. c), da Lei nº 2/2008, de 14 de Janeiro

Data: 4 de Março de 2009

Duração da prova: 3 horas

Leia com atenção o seguinte:

- Para completar esta prova é necessário responder a DUAS das três questões adiante apresentadas. Para este efeito:
- Pode optar entre responder à Questão II ou à Questão III, mas a resposta a uma destas é obrigatória.
- A QUESTÃO I É OBRIGATÓRIA, não sendo admitida a opção por qualquer das outras em vez desta.

Questão I

Considere o seguinte trecho:

«As democracias de tradição ocidental assentam o seu regime político-constitucional em determinados valores básicos e inalienáveis. Esses valores – nomeadamente a liberdade, a igualdade e a solidariedade – são considerados como um elemento estrutural nas complexas relações entre os cidadãos e o Estado. Assim, para concretizar estes direitos diversas formulações de Estado de Bem-estar Social (*welfare state*) foram idealizadas ao longo do último século, tendo como eixo nuclear o ideal de que qualquer pessoa, independentemente do seu nível de rendimento, do seu grau de instrução, ou do resultado da lotaria biológica, deve estar sob a esfera protectora da sociedade.

A emergência de direitos sociais, tal como o direito à protecção da saúde, à educação, ou à protecção social insere-se nesta trajectória de solidariedade entre os membros da sociedade em condições de igualdade de oportunidades. O Estado Social emerge, então, como um instrumento que pretende garantir o exercício efectivo destes direitos. O objectivo é construir uma sociedade mais justa, solidária e equitativa. A equidade no acesso a determinados bens sociais tem sido instrumental para a concretização deste padrão de interacção social.»

(RUI NUNES, *Regulação da Saúde, Vida Económica*, Porto: 2ª Edição revista, em impressão)

Elabore um comentário a este trecho, considerando, entre outros aspectos pertinentes, a relação entre o desenvolvimento tecnológico das sociedades pluralistas, o problema da escassez de recursos e o dever de protecção dos direitos básicos dos cidadãos por parte do Estado.

Questão II

Considere o seguinte trecho:

«A bioética mora na delicada articulação da tecnociência com o humanismo. Mas muitas das consequências práticas dessa articulação vão sendo progressivamente reconhecidas pela sociedade como de tal modo vitais e decisivas para o bem comum e para a salvaguarda dos seus direitos fundamentais, que já não basta a académica enunciação de avaliações éticas. A sociedade começa a exigir, para lá da bioética, a protecção normativa do direito e as decisões políticas dos governantes. É o biodireito e a biopolítica.

Para além dos oráculos da bioética – a profetisa do bem, criam-se estruturas e diplomas que regulam a convivência humana face ao tecnocosmos, fazem-se opções de política legislativa, desenvolve-se uma biopolítica em que os governantes promovem ou proíbem aplicações tecnológicas que constroem ou destroem o feliz progresso da sociedade. Biodireito e biopolítica serão, sem dúvida, saberes cada vez mais desenvolvidos. Mas não em substituição ou como evolução da bioética. Ambos se nutrem dela e nela se inspiram, mas a bioética continua independente e alheia aos poderes que corrompem os homens. Se a bioética ficasse dependente, nas suas posições, do direito, da política, ou de factores económicos, religiosos ou outros, perderia toda a sua força. Deixaria de ser o que é. E deixaria de dar o vigor indispensável ao progresso científico.»

(LUÍS ARCHER: *Bioética é Amor da Vida*, disponível em www.apbioetica.org)

Comente desenvolvidamente este trecho considerando, entre outros aspectos pertinentes, o problema da conciliação entre os valores éticos “tradicionais” com distintas visões do bem comum e do bem individual, fruto do relativismo axiológico vigente à escala global, no quadro do exercício dos direitos fundamentais na sociedade democrática e plural.

Questão III

Considere o seguinte trecho:

A sociedade plural confronta-se com um dilema de difícil resolução. De facto, se a dignidade humana é o eixo nevrálgico de qualquer sociedade democrática e pluralista, como é que se devem efectuar escolhas sobre temas de elevada complexidade social? A resposta adequada pode residir

mais no método utilizado do que na decisão em si própria. Por outras palavras, o relativismo axiológico das sociedades contemporâneas – expresso frequentemente em afirmações tal como “ausência de referências” ou “inexistência de valores” – poderá ser reinventado através da participação activa da sociedade no processo de deliberação social. E, a justiça procedural – através da qual são garantidos procedimentos adequados e estandardizados a todos os cidadãos – é determinante para o seu sucesso.

A transferência de poder para a sociedade, através do exercício da democracia deliberativa, em nada diminui o regime democrático. Ao invés reforça a sua essência ao permitir que cada cidadão, individualmente considerado, possa ser chamado a cumprir com a sua responsabilidade social ao participar plenamente nas decisões comunitárias. E a ausência de uma cultura referendária em algumas democracias ocidentais apenas reforça a convicção de que é preciso incentivar o exercício da cidadania com um sentido de responsabilidade.

Comente desenvolvidamente este trecho considerando, entre outros aspectos pertinentes, por um lado, as responsabilidades pessoais no quadro de uma hierarquia de papéis sociais e, por outro, o papel da justiça na promoção da democracia.

Escala de classificação da prova: zero a vinte valores.

Cotações:

Cada uma das três questões vale dez valores (recorde-se que deverá responder a DUAS das três questões apresentadas para esta prova, só lhe sendo permitido optar entre a Questão II e a Questão III).

Critérios de avaliação/cotações aplicáveis a cada uma das questões:

- a) Pertinência do conteúdo das respostas e qualidade da informação transmitida : 5 valores.
- b) Capacidade de análise e de síntese : 3 valores.
- c) Simplicidade e clareza da exposição e domínio da língua portuguesa: 2 valores.

Fim do enunciado